

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA QUALITATIVA EM GEOGRAFIA: APONTAMENTOS PARA REFLEXÃO

Flaviane Ramos dos Santos¹

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

E-mail: flavianeramos2@gmail.com

Resumo

A permanente reflexão metodológica durante todo o processo da pesquisa, preocupando-se em questionar se a metodologia escolhida é capaz de apreender o objeto estudado é de extrema importância. No entanto, a Geografia, de uma maneira geral, infelizmente, é marcada pela escassez de reflexão sobre os procedimentos por meio dos quais produzem suas informações. Por isso, não com a intenção de preencher essa lacuna ou esgotar o tema, mas sim em dar subsídios relacionados à pesquisa, sobretudo qualitativa, o presente trabalho tem como objetivo apresentar, resumidamente, algumas das principais problemáticas, conceitos e autores que versam a respeito da pesquisa qualitativa na Geografia. Para tanto, partimos da discussão a respeito da carência do debate metodológico e o papel da teoria e do sujeito na pesquisa geográfica, para, em seguida, levando em consideração que a escolha da metodologia a ser empregada na pesquisa é determinada pelo objeto de estudo, apresentamos resumidamente as metodologias de cunho qualitativo (observação participante, história de vida, entrevista, grupo focal e netnografia), lembrando que todas elas, em alguma medida, possuem limitações e fragilidades e, por isso, quando possível, é importante que o pesquisador faça a combinação delas.

Palavras-chave: Geografia; Pesquisa qualitativa; Procedimentos metodológicos.

THEORETICAL PRESUPPOSED OF QUALITATIVE GEOGRAPHIC RESEARCH: POINTS FOR REFLECTION

Abstract

The permanent methodological reflection throughout the research process, worrying about whether the chosen methodology is capable of apprehending the studied object is extremely important. However, geography, unfortunately, is often marked by a lack of reflection on the procedures by which they produce their information. Therefore, not with the intention to fill this gap or exhaust the theme, but rather to give subsidies related to research, especially qualitative, this paper aims to present, briefly, some of the main problems, concepts and authors that deal with it of qualitative research in Geography. To do so, we start from the discussion about the lack of methodological debate and the role of theory and subject in geographic research, and then taking into consideration that the choice of methodology to be used in research is determined by the object of study, we present qualitative methodologies (participant observation, life history, interview, focus group and netnography), remembering that all of them, to some extent, have limitations and fragilities, and therefore, when possible, it is important that the researcher the combination of them.

Keywords: Geography; Qualitative research; Methodological procedures.

SUPOSICIONES TEÓRICAS DE LA INVESTIGACIÓN CUALITATIVA EN GEOGRAFÍA: PUNTOS PARA LA REFLEXIÓN

¹ Doutora em Geografia pela FCT/UNESP.

Resumén

La permanente reflexión metodológica durante todo el proceso de investigación, preocupándose en cuestionar se la metodología elegida es capaz de aprender el objeto estudiado es de extrema importancia. No en tanto, la Geografía, de una manera general, infelizmente, es marcada por la escasez de reflexión sobre los procedimientos por medio de los cuales producen sus informaciones. Por eso, no con la intención de llenar esa laguna o agotar ese tema, pero sí de dar subsidios relacionados a la investigación, sobre todo, cualitativa, el presente trabajo tiene como objetivo presentar, resumidamente, algunas de las principales problemáticas, conceptos y autores que versan sobre la investigación cualitativa en la Geografía. Para tanto, partimos de la discusión a respecto de la carencia del debate metodológico y el papel de la teoría y del sujeto en la investigación geográfica, para, después, teniendo en cuenta que la elección de la metodología a ser adoptada en la investigación es determinada por el objeto de estudio, presentamos resumidamente las metodologías de cuño cualitativo (observación participante, historia oral, entrevista, grupo focal, netnografía), recordando que todas ellas, en alguna medida, tienen limitaciones y fragilidades e, por eso, cuando posible, es importante que el investigador haga la combinación de ellas.

Palabras-clave: Geografía; Investigación cualitativa; Procedimientos metodológicos.

Introdução

Por muitas décadas as pesquisas no âmbito da Geografia foram realizadas, sobretudo, por meio de metodologias de natureza quantitativa, que procuravam identificar leis gerais a partir dos fenômenos estudados. Com o passar do tempo, verificou-se que, diante de novos contextos e perspectivas sociais, uma nova forma de fazer pesquisa era necessária, a partir da utilização de técnicas indutivas em que as teorias fossem feitas a partir do campo, ao invés de técnicas dedutivas, em que o pesquisador fosse a campo apenas para confirmar teorias. Em outras palavras, a crise das narrativas generalizantes provocou uma mudança nos objetos de estudo, fazendo com que fosse necessário entender realidades específicas. Assim, a “pesquisa qualitativa torna-se de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (FLICK, 2009, p.20).

Em decorrência do aumento da consciência dos pesquisadores da importância da realização de estudos aprofundados sobre realidades particulares em que eles tivessem “familiaridade com aquilo que de fato ocorre na esfera da vida que ele se propõe a estudar” (BLUMER, 1969 apud FLICK, 2009), assiste-se ao crescimento do interesse pela utilização de metodologias qualitativas.

De acordo com o mesmo autor, a escolha da metodologia a ser empregada na pesquisa é determinada pelo objeto de estudo, ou seja, o que vai definir se o pesquisador deverá utilizar metodologias de cuño qualitativo, quantitativo ou ambos, será, na verdade, a sua problemática de pesquisa. Assim, é importante ter em mente que as metodologias são, antes de tudo, complementares e não competitivas, ou seja, não existe a melhor nem a pior,

apenas aquela que melhor se adequa ao tipo de objeto que o investigador se propôs a estudar. E, além disso, é preciso levar em conta que a construção desse objeto de estudo não é neutra, pois ela se dá a partir das influências dos referenciais teóricos, interesses e características pessoais do pesquisador.

A partir destes pressupostos, o presente trabalho tem como objetivo apresentar, resumidamente, algumas das principais problemáticas, conceitos e autores que versam a respeito da pesquisa qualitativa na Geografia. Deste modo, na primeira parte “A pesquisa qualitativa na Geografia” discorremos a respeito da carência do debate metodológico na Geografia, bem como apresentamos algumas características e distinções entre as pesquisas do tipo quantitativo e qualitativo. Na segunda parte, “O processo de construção do objeto de pesquisa”, trazemos à tona duas visões opostas no tocante ao papel da teoria na pesquisa e, sobretudo, destacamos, como o próprio título da seção indica, a construção do objeto a partir da dialética ascendente e da dialética descendente, tal como propõe Marre (1991).

Já na terceira parte, procuramos salientar o papel do sujeito e do objeto na Geografia, debatendo autores com visões distintas em relação a essa problemática. Na quarta parte, “Metodologias de pesquisa qualitativa”, apresentamos sucintamente cada uma delas, destacando suas principais características e fragilidades, bem como elencamos alguns de seus aspectos gerais e particulares. Por fim, nas considerações finais procuramos sintetizar as contribuições, bem como a importância da pesquisa qualitativa para os estudos geográficos.

A pesquisa qualitativa na Geografia

A articulação entre as diferentes escalas geográficas é importante para compreender determinado fenômeno, dinâmica ou processo no espaço, relacionando, desta forma, os diversos planos, desde a escala nacional, passando pela rede urbana, pelo espaço das cidades, pelos nano-territórios² até chegar a escala do sujeito/corpo³, lembrando que todas, em alguma medida, estão também articuladas com a escala internacional. Sobre esta questão, Sposito (2013, p.130) ressalta que “nada pode ser explicado apenas numa escala, mesmo que estejamos nos referindo à escala internacional”.

² Nano-território é um termo utilizado por Souza (2007) que se refere à escala das casas, das praças, das ruas, das fábricas, enfim, aquela escala em que é possível o investigador interrogar o investigado sobre suas práticas e formas de apropriação do espaço, por exemplo.

³ Para uma discussão inicial sobre as escalas geográficas e, mais especificamente, a escala do sujeito/corpo ver Smith (1988; 2000) e Castro (1995). Para uma discussão mais recente, ver Souza (2013).

Tradicionalmente, segundo Souza (2007), a Geografia analisa as sociedades e seus espaços a partir de uma perspectiva de “voo de pássaro”, com um olhar “de longe” e “do alto”. Ele afirma que o problema não está na utilização desta perspectiva, visto que ela possibilita uma noção de conjunto da realidade investigada, mas sim no uso exclusivo desta “visão de sobrevoos” por parte de muitos geógrafos em suas pesquisas, em detrimento do “olhar de perto”. Dessa forma, o autor defende a importância da combinação de escalas de análise, isto é, a combinação do olhar “de longe” e do olhar “de perto” para que a compreensão da realidade investigada seja mais apropriada, visto que alguns objetos de estudo não podem ser adequadamente apreendidos com base apenas em uma “visão de sobrevoos”, mas exigem que o investigador “desça” até a escala do sujeito, para interrogá-lo sobre as suas práticas e formas de apropriação do espaço.

Aliado a esta questão, existe a preocupante carência do debate metodológico no âmbito da Geografia, sobretudo no que concerne a pesquisa qualitativa, “de modo que precisamos recorrer às metodologias desenvolvidas em outros campos disciplinares, como Sociologia, História, Educação e Antropologia, por exemplo, ou fazer-se de maneira pouco reflexiva ou auto reflexiva, conforme afirmou Turra Neto (2012, p.6).

Nas últimas décadas, principalmente, assistimos a uma excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica que os pesquisadores são capazes de produzir, tendendo a desconsiderar a sua qualidade. Sob a égide dessa lógica do produtivismo acadêmico, a falta de reflexão metodológica é algo recorrente em muitos estudos, sobretudo, daqueles pesquisadores mais jovens, tal como salientam Cruz Neto, Moreira e Sucena (2002, p.2):

Premidos pela necessidade de estudar e produzir e pela escassez de tempo e de recursos, esta diversificada gama de pesquisadores [estagiários, bolsistas, graduandos e mestrands] dispõe de um reduzido leque de oportunidades para empreender uma análise crítica das diretrizes metodológicas dos trabalhos em que estão inseridos, apreendendo-as e, muitas vezes, reproduzindo-as de forma inconsciente e desarticulada.

A Geografia, de uma maneira geral, infelizmente, é marcada pela escassez de reflexão crítica – ou mesmo de qualquer reflexão - sobre os procedimentos por meio dos quais os geógrafos produzem suas informações, isto é, sobre seus procedimentos metodológicos. Assim, para Turra Neto (2012, p.8) esta carência leva a problemas ainda maiores, como a falsa ideia de que “os dados estavam no campo, bastou o pesquisador ir lá

coletá-lo”; ou então a falsa ideia de que “os dados coletados são a expressão verdadeira da realidade”, ou ainda pior, a falsa ideia de que “as conclusões da pesquisa mostram, portanto, a realidade tal como ela é”. Além disso, essa ausência de debate crítico a respeito da metodologia de pesquisa nos leva, erroneamente, a confundir as nossas interpretações sobre a realidade com a realidade em si.

Assim, a importância da permanente reflexão metodológica durante todo o processo da pesquisa, preocupando-se em questionar se a metodologia escolhida é capaz de apreender o objeto estudado é de extrema importância. Em outras palavras, “qualquer que seja o caminho metodológico escolhido, a permanente reflexão sobre o que está sendo feito, ou mesmo sobre a necessidade de reestruturação de aspectos que antes não estavam explícitos, são primordiais para a realização de uma pesquisa que se preocupa com a ética e a coerência nos resultados obtidos.” (OLIVEIRA, 2014, p.25).

Feito este breve preâmbulo a respeito do debate metodológico, ou na verdade, de uma maneira geral, a falta dele na Geografia, abordaremos agora algumas questões pertinentes a pesquisa qualitativa, que é o foco deste trabalho.

Inicialmente, é importante diferenciar a pesquisa quantitativa da qualitativa. De acordo com Turra Neto (2012), essa distinção se dá pela natureza da informação. Isto significa que, no primeiro caso, as informações são, sobretudo, de natureza numérica e, por isso, permitem um tratamento estatístico, tais como representação gráfica e cálculo de amostras e porcentagens. Já no caso da pesquisa qualitativa, as informações são basicamente de natureza discursiva, tais como entrevistas e depoimentos de história de vida e, portanto, são ricas em descrições pormenorizadas, que exigem complexas formas de tratamento e de sistematização.

Outro elemento diferenciador é que no caso das técnicas quantitativas, é a perspectiva dos investigadores que orienta a pesquisa, enquanto que no caso das técnicas qualitativas, é a perspectiva dos sujeitos pesquisados (FLICK, 2009). Ou, nas palavras de Turra Neto (2012, p.2-3), “as pesquisas qualitativas têm seu foco no sujeito, mais do que nos espaços. São pesquisas que se perguntam pelas práticas, pelas formas de apropriação do espaço, pela territorialização e geografia de pessoas e grupos sociais”.

As pesquisas que utilizam metodologias de natureza qualitativa, em que as informações obtidas são provenientes do próprio contexto que está sendo investigado, na maioria das vezes, são aquelas que procuram realizar estudos em profundidade sobre

realidades muito particulares e específicas, visto que esse tipo de metodologia não é adequada em estudos de grandes amostras ou com uma ampla variedade de fenômenos, devido ao seu caráter basicamente descritivo e indutivo, em que a teoria vai se fazendo no campo.

Levando em consideração que a escolha do procedimento metodológico está condicionada ao objeto de estudo e aos objetivos do trabalho, alguns pesquisadores optam pela combinação de procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos, utilizando, por exemplo, questionários e entrevistas em profundidade, ou observação participante, grupo focal e questionários, dentre tantas outras combinações possíveis. Contudo, conforme ressaltam os autores, ao fazer esta triangulação com o objetivo de superar as limitações da utilização de um método único, é necessário estar atento para que os requisitos de qualidade de cada uma delas sejam, de fato, atendidos. Conforme Bryman (1992, apud Flick, 2009) salienta, tanto a pesquisa qualitativa pode apoiar a pesquisa quantitativa, quanto o inverso.

Deste modo, uma forma de não se limitar a “visão de sobrevoos” e combinar as escalas de análise, tal como sugere Souza (2007), consiste em justamente utilizar tanto técnicas qualitativas quanto quantitativas, de modo que “a pesquisa qualitativa dirige-se a análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”, segundo Flick (2009, p.37), enquanto que as abordagens quantitativas são apropriadas para a análise de fenômenos ou questões que requerem um panorama geral, por ter um universo amplo de pesquisa.

Entretanto, deve-se reconhecer que ambas as metodologias, que serão apresentadas e discutidas na última seção deste trabalho, apresentam limitações e fragilidades e, deste modo, as combinações ou a triangulação visam, de certa forma, superá-las.

O processo de construção do objeto de pesquisa

Tomando como ponto de partida a ideia de que a construção do objeto de estudo não ocorre simplesmente a partir da reflexão metodológica e acadêmica de uma questão colocada pelo senso comum, adotamos a perspectiva proposta por Marre (1991) que sugere que o objeto é construído a partir de uma dupla dialética.

A dialética ascendente é composta 1) pela escolha de um tema; 2) pelo estabelecimento das relações entre o tema e a abordagem teórica adotada, tendo em vista que esta “[...] modifica substancialmente a percepção e a constituição do conteúdo empírico do objeto a ser investigado” (MARRE, 1991, p. 11); e 3) pela constituição de um sistema de

hipóteses (ou relações teóricas) voltadas para a verificação empírica das propriedades resultantes das relações estabelecidas com a teoria.

A dialética descendente, por sua vez, é especificamente dedicada à definição dos procedimentos metodológicos a serem adotados e às formas de análise dos dados e informações. É neste momento que o problema teórico deve ser operacionalizado. Para tanto, o autor também o subdivide em algumas etapas, tais como 1) a formulação das dimensões operacionais e dos indicadores; 2) a definição dos tipos de amostra (quantitativa ou qualitativa); 3) a experimentação ou controle experimental dos dados e informações produzidas; 4) a seleção de técnicas de codificação, especialmente válidas para a análise dos dados qualitativos; e finalmente, 5) a revisão de literatura.

Entretanto, mais do que simplesmente classificar os momentos da pesquisa como “dialética ascendente” e “dialética descendente”, como o faz Marre (1991), entendemos o processo de construção da pesquisa como dialético em sua totalidade, composto pela tese (construção do objeto de pesquisa, referenciais teóricos e hipóteses norteadoras), antítese (confrontação dos pressupostos teóricos com as informações obtidas por meio das metodologias de pesquisa) e síntese (interpenetração entre a vinculação teórica, as confirmações e refutações de seus postulados diante das informações empíricas e a análise interpretativa condensada no texto final da pesquisa).

Conforme já salientado, o processo de pesquisa não é neutro, visto que ele é influenciado direta ou indiretamente pelas características pessoais e pela biografia do pesquisador. Nesse sentido, a escolha do tema, que é um dos momentos mais importantes da investigação, torna essa influência ainda mais visível, porque, por exemplo, é muito comum pesquisadores optarem por temas e realidades que lhes são mais próximos. Sobre esta questão, Marre (1991, p.10) afirma que “não é possível dizer, portanto, que se pode fazer uma escolha neutra; pelo contrário, pode-se afirmar que a escolha do tema se faz porque está relacionada com um sistema de valores e com as convicções íntimas do indivíduo que escolhe”.

No que tange ao papel da teoria na pesquisa científica temos um debate muito interessante e controverso. Ribeiro (1999) critica os pesquisadores que recorrem em um primeiro momento a teoria para posteriormente aplicá-la ao objeto, pois, na visão dele, isto significa reduzir a ansiedade do pesquisador sobre o tema escolhido, bem como prendê-lo a modelos já existentes ao invés de inovar. Marre (1991, p.11), por sua vez, atribui um

significativo peso a teoria na pesquisa, visto que para ele a “construção qualitativa do objeto não ocorre sem a inserção do cientista dentro de um quadro teórico de referências que lhe fornece um ponto de vista muito diferente da observação imediata”.

Portanto, a questão do papel da teoria na pesquisa é uma “faca de dois gumes”. Por um lado, o fato de o pesquisador ir a campo sem o apoio da teoria, tal como sugere Ribeiro (1999), faz com que ele tenha oportunidade de criar suas hipóteses a partir da(s) realidade(s) observada(s). Dito de outro modo e fazendo uma simples analogia, o pesquisador deve ir a campo⁴ como se fosse um papel em branco, sem questões e sem pressuposições já definidas, e lá encontra-las, porque se ele for a campo com questões pré-elaboradas, elas certamente serão encontradas, mas corre-se o risco de ignorar todas as outras que não foram pensadas anteriormente. Por outro lado, se este mesmo pesquisador for a campo após a revisão da literatura e, portanto, com o apoio da teoria, tal como sugere Marre (1991), sem dúvida, ele terá um maior conhecimento acerca do seu objeto, contudo, a chance dele olhar para esse objeto, a partir dos modelos propostos pelos autores já lidos ao invés de pensar o objeto por si mesmo é muito grande.

Apesar de saber que nem sempre isso é possível, devido à escassez de tempo e recursos, acreditamos que, para que a pesquisa seja bem desenvolvida, é preciso combinar o que estes dois autores propõem, ou seja, de início, realizar um trabalho de campo exploratório, para ter um primeiro contato com seu recorte empírico, de modo que seja possível (re) elaborar suas hipóteses e questionamentos acerca do objeto para, em um segundo momento, fazer a revisão da literatura e novos trabalhos de campo.

O papel do sujeito e do espaço na Geografia

A concepção kantiana do espaço como um receptáculo, como uma representação *a priori* e uma condição primordial para a existência das coisas e a realização dos acontecimentos e eventos, tornou-se hegemônica nas ciências— ao menos até o princípio do século XX. A partir das décadas de 1960 e 1970 emergiram com grande vigor nas mais diversas ciências da sociedade, noções e conceitos relativos ao espaço que deveria ser entendido no bojo de um contexto mais amplo de reinserção dos sujeitos sociais nas

⁴ Neste trabalho não iremos discutir a vaguidão do termo “campo” ou “trabalho de campo” na Geografia, tal como ressaltou Turra Neto (2012), visto que não é o nosso objetivo principal.

interpretações em que, até então, privilegiavam a temporalidade e as estruturas sociais. Sobre esta questão, Smith (2000, p.138) salienta que:

A reafirmação contemporânea do espaço no discurso social já está bem documentada e amplamente discutida, e emana de várias fontes: geógrafos – cuja preocupação tradicional com o espaço material foi imensamente avivada e tornada social na esteira dos levantes políticos de 1960 e as reestruturações espaciais em todas as escalas geográficas que se seguiram; teóricos sociais das décadas de 1970 e 1980 – para quem, no contexto da tradição rigorosamente historicista que dominava o pensamento social no desde o século XVIII, o espaço está sendo redescoberto como um mundo negligenciado de conceitos novos e inexplorados; e teóricos literários e culturais, em especial, mas não exclusivamente, feministas – para quem a linguagem do espaço forneceu um reservatório de metáforas reveladoras e novos significados.

Fortemente inspirados por esse movimento, que recoloca o sujeito no centro e chama o espaço para pensá-lo, alguns geógrafos chegam a negar a relevância do espaço geográfico produzido como objeto de inquietações da Geografia no mundo contemporâneo. É o caso de Werlen (2000), para quem o verdadeiro objeto da Geografia, em tempos de sociedade global temporal e espacialmente desencaixada, deve ser a ação dos sujeitos sociais ao invés do espaço, visto que para ele este é apenas um palco ou receptáculo sobre o qual os sujeitos agem.

Por adotar este posicionamento, Werlen foi duramente criticado (direta ou indiretamente) por vários autores, com destaque para Santos (1996) e Low (2013), que defendem que não existe um dualismo entre espaço e ação, porque eles são indissociáveis e devem ser tratados de maneira una nos estudos geográficos.

Na tentativa de desmistificar a ideia de que o espaço é estático e fixo, Massey (2004) propõe uma nova concepção em que o espaço é entendido como algo dotado de movimento, que está em um processo de contínua construção e nunca está finalizado. Em outras palavras,

Trata-se de uma proposta para reconhecer o espaço como a esfera do encontro, ou não, dessas trajetórias – onde elas coexistem, afetam uma a outra, lutam. O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não-entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno. **O espaço, para repetir mais uma vez, é o produto de inter-relações.** (MASSEY, 2004, p.17 - Grifo nosso).

Argumentando nesse mesmo sentido, de que tanto o espaço produz os sujeitos sociais quanto os sujeitos produzem o espaço, Smith (2000) nos mostra como o ‘veículo sem-

teto' tem capacidade de redefinir a escala da vida cotidiana dos sujeitos sociais excluídos, na medida em que eles são capazes de saltar as fronteiras espaciais que lhes são impostas. Além disso, o autor discorre a respeito de como estes sujeitos produzem seu espaço em virtude da obrigação e da necessidade de inventá-lo.

O “veículo do sem-teto” é simultaneamente um meio de produção e de reprodução, permitindo que os expulsos façam e refaçam o espaço de um modo que aumenta seus meios de sobrevivência. É um meio de gravar uma política geográfica mais compreensiva numa cidade de espaços que excluem. Ao permitir uma mobilidade espacial mais ampla, ele abre possibilidades para catar e mendigar, põe mais ao alcance locais distantes de reciclagem de latas e garrafas, torna novos lugares acessíveis para dormir, permite fugas mais rápidas e eficazes dos ataques e pressões da polícia e, em geral, dinamiza as rotinas da vida cotidiana (SMITH, 2000, p. 135).

A partir destes pressupostos supracitados, também discordamos de Werlen (2000), por acreditar que o espaço é uma realidade prática que se constitui no decorrer da história da humanidade enquanto “condição, meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 2011, p.17). Em outras palavras, isso significa que são as relações sociais dos sujeitos que produzem e dão vida ao espaço, ao mesmo tempo em que são por ele condicionadas e, portanto, o espaço é produto de inter-relações (MASSEY, 2004).

Metodologias de pesquisa qualitativa

Levando em consideração que a escolha da metodologia a ser empregada na pesquisa é determinada pelo objeto de estudo, nesta seção apresentamos resumidamente as técnicas de observação participante, história de vida, entrevista, grupo focal e netnografia (ou etnografia virtual), lembrando que todas, em alguma medida, possuem limitações e fragilidades e, por isso, quando possível, é importante que o pesquisador faça a combinação delas.

Começamos então, pela **observação participante**, definida por May (2004, p.177) como “o processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquela situação”. A partir desta metodologia, o pesquisador realiza um mergulho profundo no cotidiano do grupo ou comunidade ao qual ele se propôs a estudar, visto que, para compreender está determinada realidade específica, é preciso participar diretamente dela, em que, diferente das técnicas quantitativas, as teorias e

hipóteses podem ser desenvolvidas no campo, a partir das observações realizadas. (MAY, 2004).

Foote-White (1980) destaca o processo de aceitação por parte do grupo investigado e o apoio de líderes-chave deste grupo, como elementos importantes para o desenvolvimento da observação participante, assim como May (2004) salienta que o observador (e o pesquisador, de uma maneira geral, visto que isto ocorre com todas as técnicas) não deve desconsiderar o fato de que sua presença causa efeitos, no que ele denomina como cena social, e muito menos os efeitos que as características pessoais e biografia do pesquisador propiciam no processo de pesquisa. Isso significa dizer que as pessoas pertencentes ao grupo investigado, de maneira geral, tendem a agir de uma maneira diferente das situações consideradas normais, dada a presença de uma pessoa estranha (pesquisador) e, por isso, é muito importante que os objetivos e intenções da pesquisa sejam muito bem explicitados.

De acordo com o mesmo autor, a observação participante, apesar de parecer fácil, é uma técnica cuja aplicação e análise são bastante exigentes, porque demandam que o pesquisador se dedique, durante muito tempo, a realidades e pessoas com as quais ele pode não estar familiarizado, ou não ter muita afinidade; assim como realizar muitas anotações e dispende longo tempo nas análises e nas observações realizadas. Entretanto, essa técnica, ao contrário das outras, possibilita ao pesquisador entender o processo de ação e o “por que” e “como” as coisas acontecem, além de proporcionar menor tendência do pesquisador de impor a sua própria realidade sobre a realidade que ele se propôs a investigar (MAY, 2004).

Assim, essa técnica consiste em “um estudo disciplinado e sistemático que, se bem realizado, auxilia muito no entendimento das ações humanas e traz consigo novas maneiras de ver o mundo social” (MAY, 2004, p.202). Todavia, diante do fato de que algumas informações não são possíveis de serem conseguidas apenas por meio da observação, faz-se necessário que os pesquisadores que optem por esta técnica, utilizem também outras complementares para auxiliar no entendimento da realidade estudada, como por exemplo, as histórias de vida e entrevistas.

A **história de vida** consiste na utilização de depoimentos orais como uma forma de tomar conhecimento sobre aspectos da vida dos sujeitos ou como uma forma de ampliar a informação acerca de acontecimentos específicos, visto que “a evidencia oral pode expor, com muito mais clareza do que documentos” (THOMPSON, 1992, p.107), ou ainda pode ser útil em casos em que os documentos são inexistentes ou duvidosos. Assim, de acordo

com o autor, por meio da história oral, é possível obter informações que não se obteria a partir de fontes documentais, como por exemplo, saber como era ser criança ou pai em determinada época, como jovens se encontravam, etc.

Entretanto, quando se fala em história oral, uma questão importante deve ser considerada, visto que, para que as entrevistas sejam realizadas, é necessário o depoimento de pessoas vivas, ou sobreviventes dos acontecimentos nos quais o pesquisador está interessado, o que, muitas vezes, significa que os informantes são pessoas mais velhas e até mesmo, aqueles com idades bem avançadas. Nesse contexto, Hall (1992, p.2) traz à tona a questão da memória como algo falível e, desta forma, “a história oral parece ser bem mais confiável para os acontecimentos de grande impacto que impressionam muito o entrevistado, ou para rotinas e fatos regularmente repetidos”.

Além da memória, outro problema que a história oral apresenta são as distorções intencionais ou não, salientadas por Hall (1992, p.2), como decorrentes de dois fatos: o primeiro é que “poucas pessoas conseguem avaliar claramente o seu papel nos acontecimentos históricos”, enquanto que o segundo é a “transferência de opiniões atuais para o passado”, em que o informante edita e repensa seus antigos posicionamentos e opiniões acerca de determinado fato.

Assim, diante da pouca confiabilidade na memória humana, é importante que o pesquisador utilize outras técnicas complementares, porque se ele considerar apenas os relatos como fonte de informação, limitará seu estudo a uma mera reprodução dos relatos de seus informantes sobre determinado acontecimento (HALL, 2004).

A **entrevista** consiste em uma técnica de pesquisa qualitativa muito utilizada na Geografia e demais ciências, sendo que ela não é caracterizada como uma conversa ou um diálogo, mas sim “um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado”, de acordo com Colognese e Melo (1998, p.143). Assim, é a partir da entrevista que o pesquisador tem a oportunidade de fazer questionamentos, visando obter informações relacionadas à problemática de pesquisa, que serão de suma importância para sua compreensão.

Thompson (1992, p.254) afirma que “há muitos estilos diferentes de entrevista que vão desde a que se faz sob a forma de uma conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar”. Por outro lado, Colognese e Melo (1998) apresentam uma classificação das entrevistas quanto à padronização, como sendo: a) não estruturada

quando atende, sobretudo, a finalidades exploratórias e o entrevistador apenas introduz o tema e permanece na posição de escuta; b) semi estruturada quando o entrevistador tem uma participação mais ativa e realiza perguntas a partir de um roteiro pré-elaborado (roteiro é temático, com perguntas mais abertas); e c) estruturada quando o entrevistador se limita a apenas fazer as perguntas presentes no roteiro. Além disso, apresentam classificações quanto à natureza das informações (oral ou escrita); quanto aos informantes (individual ou grupal) e quanto ao nível de controle (informal ou formal).

Conforme propõe Thompson (1992), a melhor maneira de começar a pesquisa é a partir das entrevistas exploratórias, visto que se o pesquisador construir seu objeto apenas no escritório, quando for a campo esse objeto acaba não sendo, de fato, encontrado da maneira como foi concebido aprioristicamente. Assim, no campo ao conversar informalmente com as pessoas, é possível identificar questões que o pesquisador pode não ter pensado anteriormente, assim como ele tem a possibilidade de reformular suas hipóteses a partir das informações obtidas e observações realizadas. Sobre esta questão, Oliveira (2014, p.23) ressalta a importância que as entrevistas exploratórias tiveram na reestruturação de suas hipóteses iniciais acerca de sua problemática de pesquisa: “Esses contatos foram realizados informalmente, com a finalidade de se obter elementos para nortear a elaboração de um roteiro para entrevistas posteriores e aprofundar ou redimensionar as hipóteses inicialmente formuladas”.

Segundo Thompson (1992), no momento de elaboração do roteiro de entrevista, o pesquisador deve tomar alguns cuidados de modo que ele não faça perguntas que sugiram uma resposta, ou que sejam confusas e ambíguas, assim como o roteiro deve conter todas as perguntas consideradas relevantes para a pesquisa, porque cada entrevista é única, tanto no sentido de que aquele informante pode não ser encontrado novamente, como no sentido de que mesmo que ele seja encontrado suas respostas podem ser diferentes daquelas que foram dadas no primeiro momento. Além disso, é importante considerar que as perguntas constantes no roteiro não são neutras e, principalmente, que quando fazemos perguntas, estamos forçando a outra pessoa a falar e a prestar determinada informação (COLOGNESE & MELO, 1998).

Uma relevante questão a ser levada em consideração no tocante ao emprego da técnica de entrevista é a desigualdade que caracteriza as posições do pesquisador e do entrevistado, porque algumas vezes perguntamos algo que a pessoa não estava preparada

para responder, ou que nunca havia formulado um pensamento sobre, ou mesmo tinha atentado para os fatos que estavam sendo perguntados, de acordo com Thiollent (1987). Considerando essa relação desigual, no processo de análise, o pesquisador deve procurar fazer as transcrições da fala dos entrevistados de maneira mais fiel possível, evitando enfatizar aspectos e respostas que interessassem a ele e, principalmente, transcrevendo também os gestos, silêncios, risos e outras subjetividades.

Assim, Colognese e Melo (1998) destacam que a análise das entrevistas realizadas só é possível após a organização e categorização das informações obtidas a partir delas. Do mesmo modo, Gibbs (2009) afirma que a elaboração de categorias e códigos com afinidade temática é uma etapa importante para a análise dos relatos dos entrevistados, porque permitem a leitura seletiva das informações. Em outras palavras, “a codificação é uma forma de indexar ou categorizar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele” (GIBBS, 2009, p.60). Deste modo, estas categorias podem ser baseadas nos conceitos, quando as temáticas são retiradas da literatura, ou baseadas nos dados.

Diferentemente das entrevistas que coletam informações por meio de depoimentos isolados, os **grupos focais** têm como característica principal o levantamento das impressões, opiniões e concepções de mundo do seu público-alvo a respeito de determinado tema através de debate entre eles. Em outras palavras, Cruz Neto, Moreira e Sucena (2002), definem esta técnica como:

Uma técnica em que o pesquisador reúne, num mesmo local durante certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo, coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico.

De acordo com os mesmos autores, para que esta técnica seja bem executada, faz-se necessário o desempenho de seis funções, divididos em dois momentos. No primeiro, as funções são de mediador, relator, observador e operador de gravação, enquanto que no segundo momento, são as funções de transcritor e digitador. Entretanto, eles ressaltam a dificuldade ou, na verdade, a impossibilidade do desenvolvimento de pesquisas com equipes tão grandes devido à escassez de recursos e, que, portanto, uma mesma pessoa pode exercer mais de uma função. Além disso, destacam que a função mais importante é a do mediador, porque ele é o responsável por fazer perguntas que incitam o debate entre os participantes, bem como conduzi-lo de maneira que todos expressem suas opiniões. Para tanto, é

necessário que ele tenha em mãos um roteiro de debate que o norteará ao longo do grupo focal.

Dois aspectos relevantes e intrinsecamente relacionados sobre grupos focais devem ser levados em consideração. Primeiro, o número de participantes, que conforme sugerem Cruz Neto, Moreira e Sucena (2002, p. 12) “deverá ser pequeno o bastante para que todos tenham a oportunidade de falar e grande o bastante para que os participantes possam vir a fornecer consistente diversidade de opiniões”. Assim, eles sugerem que o ideal seja de grupos focais com no mínimo de quatro e no máximo de doze pessoas. E, segundo, o número de questões abordadas, que está diretamente relacionado à quantidade de participantes, ou seja, “quanto mais temas levantados, menor deve ser o número de participantes, de modo que haja tempo suficiente para que todos expressem suas opiniões” (Ibidem, p.13) e vice-versa.

Outra questão a ser considerada é a possibilidade de realização de vários grupos focais com os mesmos participantes, mas com temas diferentes, ou ainda, a troca dos participantes e os temas mantidos, de modo que as opiniões de outras pessoas sejam apreciadas. Segundo os autores, os critérios de seleção destes participantes são decorrentes da problemática.

Por último, temos a **netnografia** ou **etnografia virtual**, técnica de pesquisa qualitativa que foi incorporada apenas mais recentemente nas pesquisas desenvolvidas no âmbito da Geografia, porque foi somente em meados dos anos de 1990 que as tecnologias de informação e comunicação passaram a ser utilizadas por um maior número de pessoas, dada a expansão dos serviços de conexão e diminuição dos preços dos computadores (LEITE, 2007). Dessa forma, com uma maior difusão dos computadores, o estudo das práticas sociais na internet adquire particular relevância.

Segundo Mercado (2012, p.169), a etnografia virtual “permite um estudo detalhado das relações nos espaços virtuais, nos quais a *internet* é a interface cotidiana da vida das pessoas e lugar de encontro que permite a formação de comunidades, grupos estáveis e a emergência de novas formas de sociabilidade”. Assim, a partir dessa técnica, que tem como vantagem a possibilidade de realização de estudos com sujeitos geograficamente dispersos, o pesquisador pode optar pela mera observação ou pela interação com eles. Além disso, a netnografia pode ser muito bem aproveitada “como metodologia no estudo de comunidades virtuais exclusivamente, como instrumento metodológico em estudo de comunidades virtuais e

presenciais e como ferramenta exploratória para estudar tópicos gerais”, segundo Kozinets (1998, *apud* Mercado, 2013, p.173).

Couto Junior (2013) destaca os ambientes virtuais como muito interessantes para o desenvolvimento de pesquisas, por duas razões. Primeiro, porque há possibilidade de diálogo entre internautas e, segundo, a comunicação e interação entre eles mediada pelo computador pode se realizar a partir de diversas ferramentas síncronas e assíncronas⁵, além da linguagem textual⁶, como por exemplo, o compartilhamento de “vídeos, imagens, textos, músicas, dentre outros arquivos, para contar histórias e, ao mesmo tempo, convidar centenas de outras pessoas para lê-las, vê-las e ouvi-las na *internet*” (Ibidem, p.101). Nesse sentido, Mercado (2013) ressalta que os principais instrumentos de coleta de informações na etnografia virtual consistem em: entrevista online; observação de interação mediada pelas ferramentas comunicacionais (*chat, hangout, etc*); documentos digitais; diário de campo virtual (*blog*); história de vida; grupos de discussão online; mapas cognitivos; e registros visuais.

Levando em consideração que o pesquisador está, muitas das vezes, interagindo com uma pessoa desconhecida, a confiabilidade é uma questão importante na netnografia. Em outras palavras, isso significa que algumas pessoas podem forjar quem elas são de verdade fora do mundo virtual, assim como podem expressar opiniões e descrições condizentes ou não com a suas práticas na “vida real”. Por esta razão, o pesquisador deve concentrar mais a sua análise no comportamento desse internauta do que nas descrições que ele faz de si mesmo, porque o seu comportamento na internet é real e possui um padrão. Além disso, é importante combinar outras técnicas de coletas de informações, tais como entrevistas e grupos focais a fim de se obter uma compreensão mais ampla sobre determinada população estudada.

⁵ “Os processos comunicacionais podem ser *síncronos* ou *assíncronos*. No primeiro, se espera uma resposta imediata, como é o caso dos *chats*, que se assemelham às interações face a face por apresentar a troca de informação praticamente em tempo real. Em relação ao segundo, a expectativa de resposta é não imediata, como é o caso do e-mail e das mensagens compartilhadas pelos internautas nas inúmeras redes sociais digitais” (RECUERO, 2009 *apud* COUTO JUNIOR, 2013, p.102).

⁶ Diante da dinamicidade e agilidade com os quais as pessoas interagem, a linguagem textual característica dos ambientes virtuais apresentam algumas particularidades, visto que são textos repletos de siglas, figuras de linguagens, neologismos e *emotions* que favorecem a criação de vínculos sociais entre os internautas.

Considerações Finais

Nas últimas décadas, com o aumento do interesse pelo estudo de realidades particulares e específicas, os sujeitos sociais adquirem relevância nos estudos geográficos, que antes privilegiavam apenas a temporalidade e as estruturas sociais. Ao mesmo tempo, o espaço deixa de ser concebido como algo estático e dado *a priori* para, a partir das concepções de autores como Santos (1996), Massey (2004) e Carlos (2011), por exemplo, ser entendido como produto e produtor das relações sociais, o que contribuiu para a ressignificação dos sujeitos na Geografia.

Deste modo, a partir das contribuições dos autores citados neste trabalho, destacamos que a escolha da metodologia é determinada pelo objeto, ou seja, o que vai definir se o pesquisador deverá utilizar metodologias de cunho qualitativo, quantitativo ou ambos, será, na verdade, a sua problemática de pesquisa, levando em conta, ainda, que a construção desse objeto de estudo não é neutra, mas sim influenciada pelos referenciais teóricos, interesses e características pessoais do pesquisador.

Assim, chegamos ao final deste artigo com a certeza de que o fazer metodológico das pesquisas em ciências sociais não pode mais ser negligenciado por parte dos pesquisadores, em especial no caso da Geografia, que apesar de importantes avanços teóricos ainda possui uma significativa carência na reflexão metodológica. Nesse sentido, devemos procurar problematizar os nossos projetos de pesquisa, desde a construção do objeto científico até o tratamento do material produzido dialogicamente na relação pesquisador-pesquisado, passando pela escolha de cada uma das metodologias qualitativas a serem adotadas, que deverão estar afinadas com os objetivos e o referencial teórico escolhido.

Referências

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

COUTO JR, D. R. do. Etnografia virtual e as contribuições de Mikhail Bakhtin na pesquisa com internautas. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v: 14, nº 31, p. 97 – 108, maio/agosto 2013. Artigo disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/1412>> Acesso em: julho de 2015.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: **Anais...** Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, XIII, Ouro Preto, 04 a 08 de novembro, de 2002. Disponível em:

<www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/com_JUV_PO27_Neto_textos.pdf> Acesso em: junho de 2015.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 77-86.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

HALL, M. M. História Oral: os riscos da inocência. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. 4 p.

LEITE, Julieta. (In) formações espaciais: que interface entre o espaço urbano e o espaço virtual? **Red de Revistas Científicas de América Latina**, el Caribe, España e Portugal. Revista del Centro de Investigación. Universidad La Salle, México, v: 8 (sup), N° 29, p. 31 – 35, enero – junio, 2008.

LÖW, M. O spatialturn: para uma Sociologia do espaço. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 2, pp. 17-34, Nov. 2013.

MARRE, J. A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MERCADO, L. P. L. Pesquisa qualitativa on-line utilizando a etnografia virtual. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 13, n° 30, p. 169 – 183, 2012.

OLIVEIRA, V. F. de. Os sentidos da casa própria: Condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos. Presidente Prudente, 2014.

RIBEIRO, R. J. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social**, São Paulo, 1999, p. 189 – 195.

SANTOS, M. Uma Geografia da ação? In: **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual, natureza, capital e produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p.132 – 175.

SOUZA, M. L. de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: A “visão (apenas) de sobrevoos” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Revista Cidades**, v.4, n.5, 2007, p.101-114.

SOUZA, M. L. de. Escala Geográfica, "Construção social da escala" e políticas de escala". In: **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 179-216.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: Escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L. de.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013. (2ª reimpressão).

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1980.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TURRA NETO, N. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVII, 2012, Belo Horizonte/MG. **Anais...**, 2012. Belo Horizonte, 2012. p. 1- 10.

WERLEN, B. Regionalismo e sociedade política. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano II, n. 4, p. 7 – 25, 2000.

Submetido em: agosto de 2019.

Aceito em: março de 2020.